

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO 2022
Unimed Maranhão do Sul - Cooperativa de Trabalho Médico.
CNPJ: 07.057.185/0001-10 – NIRE: 2140002172
Rua Ceará, 701 – Centro – Imperatriz-MA

Balancos Patrimoniais
em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em R\$

Ativo	Nota explicativa	2022	2021
Circulante			
Disponível	5	2.513.864	1.928.052
Realizável		29.848.716	36.783.735
Aplicações financeiras	4c / 6	11.528.865	22.962.644
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		8.799.146	7.865.246
Aplicações livres		2.729.719	15.097.398
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	4b / 4d / 7	10.407.202	6.082.297
Contraprestações pecuniárias a receber		5.497.542	2.773.768
Operadoras de planos de assistência à saúde		4.909.660	3.308.529
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	4b / 4e / 8	3.343.743	4.197.760
Créditos tributários e previdenciários	4i / 9	176.937	129.063
Bens e títulos a receber	4f / 10	4.391.969	3.411.971
		32.362.580	38.711.787
Não circulante			
Realizável a longo prazo		4.351.429	3.098.929
Bens e títulos a receber	4f / 10	585.000	-
Depósitos judiciais e fiscais	4i / 11	3.766.429	3.098.929
Investimentos	4h / 12	1.218.329	1.646.954
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		-	479.902
Participações societárias pelo método de custo		1.218.329	1.167.052
Imobilizado	4i / 4j / 4l / 13	26.504.850	18.726.888
Imóveis de uso próprio		11.042.126	9.247.353
Hospitalares		6.456.239	4.701.840
Não hospitalares		4.585.887	4.545.513
Imobilizados de uso próprio		9.646.934	8.055.730
Hospitalares		5.533.571	4.938.679
Não hospitalares		4.113.363	3.117.051
Imobilizações em curso		2.530.590	1.385.761
Outras imobilizações		841.496	38.044
Direito de Uso de Arrendamentos		2.443.704	-
Intangível	4k / 4l / 14	239.889	328.671
		32.314.497	23.801.442
Total do ativo		64.677.077	62.513.229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO 2022
Unimed Maranhão do Sul - Cooperativa de Trabalho Médico.
CNPJ: 07.057.185/0001-10 – NIRE: 2140002172
Rua Ceará, 701 – Centro – Imperatriz-MA

Balanços Patrimoniais
em 31 de dezembro de 2022
 Valores expressos em R\$

Passivo	Nota explicativa	2022	2021
Circulante			
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	4b / 4n / 15	15.699.819	13.281.980
Provisões de contraprestações		2.427.917	2.513.439
Provisão de contraprestações não ganhas - PCNG		2.312.937	2.350.458
Provisão para remissão		114.980	162.981
Provisão de eventos a liquidar para o SUS		741.232	921.710
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		8.122.157	5.929.079
Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA)		4.408.513	3.917.752
Débitos de operações de assistência à saúde	4p / 16	152.695	748.719
Operadoras de planos de assistência à saúde		152.695	748.719
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		5.526.106	3.137.881
Tributos e encargos sociais a recolher	4o / 4p / 17	4.423.951	3.747.138
Empréstimos e financiamentos a pagar		-	-
Débitos diversos	4p / 18	7.100.208	5.797.027
Conta corrente de cooperados		1.109.598	338.933
		34.012.377	27.051.678
Não circulante			
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	4b / 4n / 15	111.639	238.277
Provisão para remissão		82.284	170.573
Provisão de eventos a liquidar para o SUS		29.355	67.704
Provisões		3.034.968	4.084.435
Provisões para ações judiciais	4b / 4q / 19	3.034.968	4.084.435
Tributos e encargos sociais a recolher	4p / 17	749.801	463.386
Parcelamento de tributos e contribuições		749.801	463.386
Débitos Diversos		2.085.454	-
		5.981.862	4.786.098
Patrimônio líquido			
Capital social	20	8.047.572	5.771.729
Reservas		16.635.266	22.176.300
Reservas de sobras		16.635.266	22.176.300
Resultado		-	2.727.424
Sobras à disposição da AGO		-	2.727.424
		24.682.838	30.675.453
Total do passivo e do patrimônio líquido		64.677.077	62.513.229



BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO 2022

Unimed Maranhão do Sul - Cooperativa de Trabalho Médico.
CNPJ: 07.057.185/0001-10 – NIRE: 21400002172
Rua Ceará, 701 – Centro – Imperatriz-MA

Demonstrações de Resultados dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022
Valores expressos em R\$

	Nota explicativa	2022	Reclassificado 2021
Contraprestações efetivas / prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	4r	145.287.068	166.410.913
Receitas com operações de assistência à saúde		146.901.853	168.498.857
Contraprestações líquidas	21	146.765.563	168.642.090
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		136.290	(143.233)
Receita com resseguro			
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(1.614.785)	(2.087.944)
Eventos indenizáveis líquidos / sinistros retidos	4s	(123.434.495)	(142.720.983)
Eventos conhecidos e avisados	22	(122.943.734)	(142.433.182)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(490.761)	(287.801)
Despesa com resseguro			
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		21.852.573	23.689.930
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		367.335	529.448
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora		8.560.574	12.823.092
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		4.427.617	10.191.941
Receitas com administração de intercâmbio eventual - assistência médico hospitalar		3.966.114	2.365.454
Outras receitas operacionais		166.843	265.697
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		(425.786)	-
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde		(3.486.720)	(2.148.987)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(2.225.215)	(1.963.798)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(809.539)	(467.084)
Provisão para perdas sobre créditos		(451.966)	281.895
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		(12.622.176)	(10.209.485)
Resultado bruto		14.245.800	24.683.998
Despesas de comercialização		(2.934.106)	(2.051.578)
Despesas administrativas		(17.788.848)	(15.910.710)
Resultado financeiro líquido		1.281.252	(168.460)
Receitas financeiras		3.356.114	2.386.132
Despesas financeiras		(2.074.862)	(2.554.592)
Resultado patrimonial		524.577	(155.168)
Receitas patrimoniais		538.588	120.846
Despesas patrimoniais		(14.011)	(276.014)
Resultado antes dos impostos e participações		(4.671.325)	6.398.082
Imposto de renda	4n	(538.862)	(302.473)
Contribuição social	4n	(202.630)	(117.531)
Resultado líquido do exercício	4q	(5.412.817)	5.978.078

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO 2022
Unimed Maranhão do Sul - Cooperativa de Trabalho Médico.
CNPJ: 07.057.185/0001-10 – NIRE: 21400002172
Rua Ceará, 701 – Centro – Imperatriz-MA

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em R\$

	Reservas							Sobras/Perdas à disposição da AGO	Total
	Capital social	Fundo de reserva	RATES	Reserva margem de solvencia	Reserva manut. conting. Legal	Reserva contingência assistencial COVID			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.309.399	10.800.447	1.706.135	4.979.395	-	-	3.917.827	26.713.203	
Destinações da AGO									
Constituição reserva	-	-	-	-	2.130.869	1.426.708	(3.557.577)	-	
Retenção das sobras	-	-	-	360.250	-	-	(360.250)	-	
Movimentação do exercício:									
Integralização de capital	616.832	-	-	-	-	-	-	616.832	
Baixa de cooperados	(154.502)	-	-	-	(46.814)	(31.344)	-	(232.660)	
Utilização do RATES	-	-	(432.470)	-	-	-	432.470	-	
Resultado do exercício:									
Sobras do exercício	-	-	-	-	-	-	5.978.078	5.978.078	
Antecipação de sobras	-	-	-	-	-	-	(2.400.000)	(2.400.000)	
Destinações estatutárias:									
Fundo de reserva - 10%	-	552.348	-	-	-	-	(552.348)	-	
RATES - 5%	-	-	276.174	-	-	-	(276.174)	-	
Transferência atos não cooperativos	-	-	454.602	-	-	-	(454.602)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.771.729	11.352.795	2.004.441	5.339.645	2.084.055	1.395.364	2.727.424	30.675.453	
Destinações da AGO de 29/03/2022									
Distribuição das sobras	-	-	-	-	-	(1.395.364)	-	(1.395.364)	
Constituição reserva	-	-	-	-	-	-	-	-	
Retenção das sobras	336.783	-	-	1.390.641	-	-	(1.727.424)	-	
Destinações da AGE de 10/08/2022									
Retenção das sobras a pagar	1.000.000	-	-	-	-	-	(1.000.000)	-	
Movimentação do exercício:									
Integralização de capital	1.725.542	-	-	-	-	-	-	1.725.542	
Baixa de cooperados	(786.482)	-	-	-	(123.494)	-	-	(909.976)	
Utilização do RATES	-	-	(401.800)	-	-	-	401.800	-	
Resultado do exercício:									
Perdas do exercício	-	-	-	-	-	-	(5.412.817)	(5.412.817)	
Antecipação de sobras	-	-	-	-	-	-	-	-	
Destinações estatutárias:									
Transferência atos não cooperativos	-	-	246.652	-	-	-	(246.652)	-	
Absorção fundo de reserva	-	(5.257.669)	-	-	-	-	5.257.669	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.047.572	6.095.126	1.849.293	6.730.286	1.960.561	-	-	24.682.838	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO 2022
Unimed Maranhão do Sul - Cooperativa de Trabalho Médico.
CNPJ: 07.057.185/0001-10 – NIRE: 2140002172
Rua Ceará, 701 – Centro – Imperatriz-MA

Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em R\$

	2022	2021
Atividades operacionais		
Recebimento de plano de saúde	150.252.757	133.304.919
Resgate de aplicações financeiras	25.732.552	19.209.790
Recebimento de juros de aplicações financeiras	145.971	15.235
Outros recebimentos operacionais	158.077.963	41.971.189
Pagamento a fornecedores e prestadores de serviço de saúde	(135.200.016)	(117.744.495)
Pagamento de comissões	(2.356.241)	(1.987.112)
Pagamento de pessoal	(18.025.426)	(13.336.626)
Pagamento de serviços de terceiros	(8.124.433)	(7.917.805)
Pagamento de tributos	(21.212.834)	(16.988.592)
Pagamento de contingências cíveis, trabalhistas e tributárias	(2.621.090)	(1.739.937)
Pagamento de aluguel	(1.090.943)	(251.352)
Pagamento de promoção e publicidade	(818.773)	(1.011.868)
Aplicações financeiras	(14.377.785)	(20.159.316)
Outros pagamentos operacionais	(126.292.515)	(10.679.708)
Caixa líquido das atividades operacionais	4.089.187	2.684.322
Atividades de investimento		
Recebimento de venda de ativo imobilizado - hospitalar	-	7.250
Dividendos	83.198	105.014
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - hospitalar	(1.905.998)	(2.380.388)
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - outros	(2.245.932)	(2.374.756)
Pagamento de aquisição de participação em outras empresas	-	(3.960)
Pagamento de outras atividades de investimentos	(1.522)	(155.909)
Caixa líquido das atividades de investimento	(4.070.254)	(4.802.749)
Atividades de financiamento		
Integralização de capital em dinheiro	1.262.683	211.986
Outros recebimentos das atividades de financiamento	-	23.000
Outros pagamentos da atividade de financiamento	(695.804)	(2.443.269)
Caixa líquido das atividades de financiamento	566.879	(2.208.283)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	585.812	(4.326.710)
Caixa - saldo inicial	1.928.052	6.254.762
Caixa - saldo final	2.513.864	1.928.052
Varição de caixa e equivalente de caixa	585.812	(4.326.710)
Ativos livres		
Ativos Livres no Início do Período	17.025.450	6.254.762
Ativos Livres no Final do Período	5.243.583	17.025.450
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras – Recursos livres	(11.781.867)	10.770.688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO 2022
Unimed Maranhão do Sul - Cooperativa de Trabalho Médico.
CNPJ: 07.057.185/0001-10 – NIRE: 2140002172
Rua Ceará, 701 – Centro – Imperatriz-MA

Notas Explicativas às demonstrações financeiras dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em R\$

1. Contexto operacional

A **Unimed Maranhão do Sul Cooperativa de Trabalho Médico** (a seguir denominada Operadora), tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica, para sua defesa econômico social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades no mercado de trabalho, observando o princípio de livre oportunidade para todos os cooperados e aprimoramento dos serviços de assistência médica.

A Unimed Maranhão do Sul Cooperativa de Trabalho Médico está registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS sob o nº 35.254-3.

2. Principais atividades desenvolvidas

No cumprimento de suas atividades a Unimed Maranhão do Sul Cooperativa de Trabalho Médico assina, em nome dos seus cooperados, contratos para prestação de serviços inerentes a atividade médica com pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado.

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas de acordo com o Plano de Contas Padrão instituído pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, estabelecido pela Resolução Normativa RN nº 528 de 29 de abril de 2022 consoante às práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2021, de forma a permitir a comparabilidade.

A conclusão e a emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Operadora em 03 de março de 2023.

4. Principais práticas contábeis

a) Regime de escrituração

A Operadora adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.



b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas de vida útil de determinados ativos e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

c) Aplicações financeiras

Representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimentos e certificados de depósitos bancários, correspondem a aplicações garantidoras de provisões técnicas e aplicações livres, demonstradas ao custo de aplicação acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações garantidoras de provisões técnicas não estão destinadas à negociação ou disponíveis para venda.

d) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Preços preestabelecidos - "Provisão de contraprestação não ganha - PCNG" , e posteriormente sendo reconhecidos como "contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde" , no que se refere aos serviços médicos e hospitalares, quando da efetiva cobertura do risco contratual incorrido conforme determinado pela RN nº 393 de 09 de dezembro de 2015 e suas alterações. Preços pós-estabelecidos na conta de "contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde" .

A provisão para perda sobre créditos de liquidação duvidosa - PPSC está constituída de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do anexo da Resolução Normativa – RN nº 528 DIOPE/ANS.

e) Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado "receitas operacionais de assistência à saúde não relacionada com planos de saúde da Operadora" , no que se refere aos serviços médicos e hospitalares prestados a outras operadoras de planos médico-hospitalares.

A provisão para perda sobre créditos de liquidação duvidosa - PPSC está constituída de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do anexo da Resolução Normativa – RN nº 528 DIOPE/ANS.

f) Bens e títulos a receber

Representados essencialmente por adiantamentos, créditos diversos e pelo estoque, indispensável ao funcionamento da Operadora para realização do serviço assistencial à saúde, são registrados pelo valor líquido de realização ou custo médio ponderado de aquisição.



g) Conta corrente com cooperados

Os créditos com cooperados estão sendo registrados pelos valores deliberados por assembleia, corrigidos, pela mesma atualização realizada pelas obrigações legais que originaram os mesmos.

h) Investimentos

Registrados e avaliados pelo custo de aquisição, atualizados conforme decisões de assembleias.

i) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição corrigido até 31 de dezembro de 1995 líquido das depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas anuais.

j) Arrendamento

A Operadora avalia se um contrato é ou contém arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período de tempo, em troca de contraprestações. Tal avaliação é realizada no momento inicial. As isenções são aplicadas para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

O custo do ativo de direito de uso compreende: (i) o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; (ii) quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados até a data; (iii) custos diretos incorridos; e (iv) estimativas de custos a serem incorridos na desmontagem e remoção do ativo, quando aplicável e está reconhecido na conta "Imobilizado" .

O passivo do arrendamento é mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontado pela taxa implícita ou taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário, representando a obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento e está reconhecida na conta "Passivo de Arrendamentos" .

Como arrendatária, a Operadora identificou contratos que contém arrendamentos, referentes aos aluguéis de sua sede e dos seus recursos próprios que têm vigência entre 1 e 10 anos.

No resultado do período é reconhecida uma despesa de depreciação do ativo de direito de uso e uma despesa de juros do passivo de arrendamento.

k) Intangível

Com as alterações na Lei nº 6.404/76, o intangível foi incorporado ao balanço a partir do exercício de 2008 e está relacionado a direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

O pronunciamento CPC 04 – Ativo Intangível tem como objetivo definir o tratamento contábil dos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente em outro pronunciamento. Por sua vez, ele estabelece que uma entidade deva reconhecer um ativo intangível apenas se determinados critérios forem atendidos. Além disso, também específica como apurar e mensurar o valor contábil dos ativos intangíveis, exigindo divulgações específicas sobre esses ativos.

Na Operadora o ativo intangível é representado por licenças e direito de uso de softwares destinados ao seu sistema operacional corporativo, apresentados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculadas pelo método linear a taxas anuais permitidas pela legislação fiscal.



l) Avaliação do valor recuperável de ativos ("impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

m) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização ou liquidação, incluídos, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os direitos realizáveis após o término do exercício social subsequente à data do balanço patrimonial são classificados como não circulante.

n) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 393/2015 e alterações posteriores, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas notas fiscais de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pela RN ANS nº 393/2015 e RN 528/2022 e suas alterações vigentes.

o) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, levando à tributação os valores provenientes de atos não cooperativos, considerando os efeitos tributários demandados pela aplicação das modificações na Lei nº 11.941/09.

p) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. As obrigações exigíveis após o término do exercício social subsequente à data do balanço patrimonial são classificadas no passivo não circulante.

q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As principais práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Passivos contingentes avaliados como de perda possível não exigem provisão, mas divulgação em nota explicativa, enquanto aqueles avaliados como de perda remota não são provisionados e nem divulgados;



- iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as possibilidades de êxito, quando originadas de processos em que a Operadora questiona a inconstitucionalidade de tributos.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

r) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas ou acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social.

s) Reconhecimento da receita

As contraprestações efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratar de contratos com preços pré-estabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência à saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

t) Reconhecimento dos eventos indenizáveis

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada e cooperados e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados por prestadores que não são cobrados (avisados) em sua totalidade da Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão para eventos ocorridos e não avisados.

u) Informações por segmento

A Operadora está organizada em uma única estrutura de negócio, correspondente à atividade de planos de saúde, sendo suas operações controladas e gerenciadas de forma integrada.

v) Normas Internacionais de Contabilidade

A Operadora vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com exceção da CPC 11 - Seguros, CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, o CPC 34 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, CPC 35 – Demonstrações Separadas, CPC 44 – Demonstrações Combinadas, CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria, CPC PME – Contabilidade para



Pequenas e Médias Empresas e da ICPC-10 do Imobilizado as quais não foram aprovadas pela Agência Nacional de Saúde, portanto não adotadas pelas operadoras de planos de saúde.

As demais Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são aplicáveis às demonstrações contábeis no que não contrariarem a Resolução Normativa nº 528/2022 e alterações vigentes, no qual em alguns casos não aplica integralmente as situações destacadas nestes pronunciamentos, adotando regras específicas a serem aplicadas ao setor de saúde.

w) Novos pronunciamentos contábeis, normas e interpretações.

O novo Plano de Contas Padrão da ANS para operadoras, instituído pela RN 528/2022, entrou em vigor a partir de 01/01/2022, requereu a adoção dos seguintes pronunciamentos. A Unimed adotou os pronunciamentos a partir do exercício de 2022, sendo eles:

CPC 06 R2 (IFRS 16)

A Unimed aplicou inicialmente a CPC 06 (R2) – IFRS 16 – “Arrendamentos” a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme requerido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar. Foi utilizada a abordagem retrospectiva modificada, segundo a qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido como ajuste aos saldos de abertura e, conseqüentemente, a informação comparativa do ano de 2021, para este assunto, não foi reapresentada. Não houve efeitos no patrimônio líquido e no resultado advindos da adoção inicial.

Até 31 de dezembro de 2021 a Unimed aplicava a CPC 06 (R1) - IAS 17 e interpretações relacionadas. Atualmente a Unimed avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento.

CPC 47 (IFRS 17)

O CPC 47, conforme descrito no novo Plano de Contas da ANS, diz que o montante da receita proveniente de uma transação é geralmente acordado entre a entidade e o comprador ou usuário do ativo e é mensurado pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidas pela entidade ao comprador.

A partir de 01.01.2022 a Unimed, conforme requerido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, quanto à contabilização da corresponsabilidade cedida, em que a operadora que presta o serviço à operadora de origem do beneficiário, passou a reconhecer a despesa e recuperação de eventos e sinistros a liquidar no mesmo grupo de contas. Desta forma, no grupo de receitas consta apenas a taxa de administração cobrada.

A movimentação e composição das contas é apresentada em conformidade com o Capítulo III, da RN 528/2022.



5. Disponível

	2022	2021
Caixa	26.749	14.005
Banco conta movimento	2.402.221	1.535.273
Aplicações de liquidez imediata	84.894	378.774
Total	2.513.864	1.928.052

6. Aplicações financeiras

		2022	2021
Garantidoras de provisões técnicas			
Banco Itaú	Renda fixa - FI		-
Sicredi	CDI		-
Unimed Investcoop	Renda fixa	8.799.146	7.865.246
		8.799.146	7.865.246
Livres			
Sicredi	CDI	177.673	6.723.681
Banco do Brasil	CDB - DI	-	1.032.061
Banco BTG Pactual	CDB - DI	2.535.713	4.944.423
Banco Original	CDB - DI	-	246.486
Banco do Brasil	Fundos	-	1.030.104
Banco BTG Pactual	Fundos	-	103.743
Banco Santander	Fundos	16.333	1.016.900
		2.729.719	15.097.398
Total		11.528.865	22.962.644



7. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	2022	2021
Planos individuais - preestabelecidos		
Créditos a receber	5.609.133	4.574.182
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(3.075.132)	(2.946.171)
	2.534.001	1.628.011
Planos coletivos - preestabelecidos		
Créditos a receber	4.048.121	1.938.549
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(1.084.580)	(792.792)
	2.963.541	1.145.757
Subtotal - Contraprestações pecuniárias a receber	5.497.542	2.773.768
Operadoras de planos de assistência à saúde		
Contraprestação de corresponsabilidade assumida	5.171.990	3.493.666
Taxa de Administração	115.810	-
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(378.140)	(185.137)
	4.909.660	3.308.529
Subtotal - Operadoras de planos de assistência à saúde	4.909.660	3.308.529
Total	10.407.202	6.082.297

Corresponde à valores a receber dos planos de saúde da Operadora. As provisões para devedores duvidosos estão constituídas em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber de acordo com os critérios de avaliação de apropriação contábil e de auditoria descritos no Capítulo I do Anexo I, itens 10.2.3.1 a 10.2.3.5 da Resolução Normativa nº 528/2022 e alterações vigentes da ANS.

8. Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora

	2022	2021
Contas a receber - atendimento particular e convênio		
Créditos a receber	284.169	3.091.470
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(7.390)	(2.798.960)
	276.779	292.510
Intercâmbio a receber - atendimento eventual		
Créditos a receber	4.983.816	6.154.964
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(1.916.852)	(2.249.714)
	3.066.964	3.905.250
Total	3.343.743	4.197.760



Corresponde essencialmente a créditos com outras Unimed' s (Intercâmbio a receber) referentes a taxa de administração e reembolso de atendimentos. A Provisão para perda sobre créditos constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo capítulo I, item 10, subitem 10.2.3 da RN nº 528 de 29 de abril de 2022.

9. Créditos tributários e previdenciários

	2022	2021
IRRF sobre aplicações financeiras	115.519	123.054
PIS e COFINS a recuperar	61.418	1.037
INSS a compensar	-	4.972
Total	176.937	129.063

10. Bens e títulos a receber

	2022	2021
Estoques	2.650.534	2.371.269
Adiantamentos diversos	1.358.038	913.920
Títulos a receber	203.397	126.782
Outros títulos a receber	765.000	-
Total	4.976.969	3.411.971
Circulante	4.391.969	3.411.971
Não circulante	585.000	-

11. Depósitos judiciais e fiscais

	2022	2021
Depósitos judiciais - tributário	1.335.179	1.128.592
Depósitos judiciais - cíveis	1.684.859	1.331.289
Depósitos judiciais - trabalhista	100	100
Depósitos judiciais - TSS e multas ANS	746.291	638.948
Total	3.766.429	3.098.929

12. Investimentos

Os investimentos em outras sociedades foram avaliados pelo custo de aquisição, das capitalizações de sobras e juros sobre capital conforme decisões de assembleias. As contas de investimentos estão representadas por:



	2022	2021
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		
W Pet Diagnóstico Médico S.A.	-	346.374
AFAC W Pet S.A.	-	133.528
	-	479.902
Participações societárias pelo método de custo		
Unimed Norte Nordeste	106.350	106.351
Central Nacional Unimed	256.609	256.609
Sicred Sul do Maranhão	765.813	733.021
Unicred Previdência Privada	-	6.013
Unimed Seguradora	18.625	16.554
Unimed Participações	69.930	48.504
Uniprime Sede	1.002	-
	1.218.329	1.167.052
Total	1.218.329	1.646.954

Em 17 de fevereiro de 2014, através da ata da assembleia geral de constituição da W PET-Diagnóstico Médico S.A., CNPJ nº 21.138.234/0001-70, a Operadora tornou-se detentora de 30% das 3.661.960 ações ordinárias nominativas emitidas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada.

Em 03 de agosto de 2015, através de contrato particular de cessão e transferência de direitos de participação societária, a Operadora adquiriu mais 10% das ações da W PET-Diagnóstico Médico S.A., aumentando sua participação para 40%, o equivalente a 1.464.784 ações nominativas no valor de R\$ 1,00 (um real cada).

No exercício de 2021 a Unimed Maranhão do Sul aportou como AFAC na W PET-Diagnóstico Médico S.A o montante de R\$ 133.527 (cento e trinta e três mil, quinhentos e vinte e sete reais) e realizou aumento de capital no montante de R\$ 135.101 (cento e trinta e cinco mil, cento e um reais) referente a AFAC aportados até o ano de 2021.

No exercício de 2022 a Unimed Maranhão do Sul conforme instrumento de cessão e transferência de direitos de participação societária, assinado em 11/05/2022, retirou-se da sociedade W PET Diagnóstico Médico S.A, onde em comum acordo foi estipulado o preço para a quitação da operação de cessão e transferência da participação societária mediante venda, no montante equivalente de R\$ 834.000,00 de forma parcelada. Ainda durante o ano de 2022 foram recebidas parcelas no montante total de 69.000,00.



13. Imobilizado

	Vida útil estimada	Saldos em 31/12/2021	Movimentação		Saldos em 31/12/2022
			Custo	Depreciação	
Imóveis de uso próprio					
Terrenos	-	1.915.026	-	-	1.915.026
Edificações	40	2.786.814	1.900.859	(146.460)	4.541.213
Subtotal hospitalares		4.701.840	1.900.859	(146.460)	6.456.239
Terrenos	-	841.405	-	-	841.405
Edificações	35	3.704.108	162.040	(121.666)	3.744.482
Subtotal não hospitalares		4.545.513	162.040	(121.666)	4.585.887
Subtotal imóveis de uso próprio		9.247.353	2.062.899	(268.126)	11.042.126
Imobilizado de uso próprio					
Instalações	10	16.356	-	(12.432)	3.924
Máquinas e equipamentos	10	3.567.650	349.375	(212.051)	3.704.974
Materiais de informática e periféricos	5	369.385	116.738	(98.854)	387.269
Móveis e utensílios	10	835.314	389.059	(117.895)	1.106.478
Veículos	5	149.974	249.990	(69.038)	330.926
Subtotal hospitalares		4.938.679	1.105.162	(510.270)	5.533.571
Instalações	10	188.338	-	(29.304)	159.034
Máquinas e equipamentos	10	768.171	270.925	(116.517)	922.579
Materiais de informática	5	781.681	701.491	(262.341)	1.220.831
Móveis e utensílios	10	1.336.136	636.885	(194.131)	1.778.890
Veículos	5	42.725	-	(10.696)	32.029
Subtotal não hospitalares		3.117.051	1.609.301	(612.989)	4.113.363
Subtotal imobilizado de uso próprio		8.055.730	2.714.463	(1.123.259)	9.646.934
Imobilizações em curso					
Hospitalares	-	533.072	46.674	-	579.746
Não hospitalares	-	852.689	1.098.155	-	1.950.844
Subtotal imobilizações em curso		1.385.761	1.144.829	-	2.530.590
Outras imobilizações					
Benfeitorias em propriedades de terceiros	5	38.044	849.360	(45.908)	841.496
Subtotal não hospitalares		38.044	849.360	(45.908)	841.496
Subtotal outras imobilizações		38.044	849.360	(45.908)	841.496
Direito de Uso de Arrendamento					
Direito de Uso de Arrendamentos		-	3.026.200	(582.496)	2.443.704
		-	3.026.200	(582.496)	2.443.704
Subtotal outras imobilizações		-	3.026.200	(582.496)	2.443.704
Total		18.726.888	9.797.751	(2.019.789)	26.504.850



14. Intangível

	Vida útil estimada	Saldos em 31/12/2021	Movimentação		Saldos em 31/12/2022
			Custo	Amortização	
Não hospitalares					
Direito de uso de <i>software</i>	5	328.671	-	(88.782)	239.889
Total		328.671	-	(88.782)	239.889

15. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	2022	2021
Circulante		
Provisões de contraprestações	2.427.917	2.513.439
Provisão de contraprestação não ganha - PCNG	2.312.937	2.350.458
Provisão para remissão	114.980	162.981
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	741.232	921.710
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar p/ Outros Prest. De Serv. Assistenciais	8.122.157	5.929.079
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	4.408.513	3.917.752
	15.699.819	13.281.980
Não circulante		
Provisão para remissão	82.284	170.573
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	29.355	67.704
Total	111.639	238.277

Provisão de contraprestação não ganha - PCNG

Constituída com base nos contratos com preços pré-estabelecidos com prazo de cobertura (vigência e risco) subsequente à data do balanço, a provisão é calculada *pro rata die* conforme estabelecido no capítulo II, Seção V, da Resolução Normativa - RN nº 393, de 9 de dezembro de 2015.

Provisão para remissão

Constituída sobre planos que possuem cláusula de remissão, destinada à cobertura de assistência médico-hospitalar aos dependentes em caso de falecimento do beneficiário titular, a provisão é calculada conforme metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial aprovada em 08 de agosto de 2007, segundo o Ofício ANS nº 1648/2007/GGAME/DIOPE/ANS/MS.

Provisão para eventos a liquidar SUS

Referem-se a contestados lançamentos realizados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, visando a cobrança de despesas assistenciais decorrentes de atendimentos dos usuários da Operadora no Sistema Único de Saúde, estando de acordo conforme artº2 da Instrução Normativa nº3 de 19 de outubro de 2010 - DIOPE/DIDES.



Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores

Provisão para garantia de eventos já ocorridos, cujo registro contábil é realizado no momento da apresentação da cobrança às operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas, conforme estabelecido pela RN ANS nº 393/2015 e RN 528/2022 e suas alterações vigentes.

Conforme publicação da normativa e alterações vigentes, que determinaram que a provisão para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores que atendam os critérios da RN 521/2022 e alterações vigentes.

Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

Constituída com base na metodologia de cálculo própria, aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados pelos prestadores.

16. Débitos de operações de assistência à saúde

	2022	2021
Intercâmbio a pagar	152.695	748.719
Total	152.695	748.719

17. Tributos e encargos sociais a recolher

	2022	2021
Circulante		
IRPJ e CSLL a recolher	93.130	161.343
ISS a recolher	930.391	453.593
Taxa de Saúde Suplementar - TSS	732.684	636.247
INSS a recolher	856.725	713.118
FGTS a recolher	178.187	137.657
PIS e COFINS a recolher	222.700	97.490
Retenções de impostos e contribuições	974.226	1.048.864
Parcelamento de tributos e contribuições	435.908	498.826
	4.423.951	3.747.138
Não circulante		
Parcelamento de multas da ANS	749.801	427.854
Parcelamento de tributos e contribuições	-	35.532
	749.801	463.386



Parcelamento de tributos e contribuições

Corresponde a parcelamentos especiais de impostos e contribuições federais, divididos entre 60 e 160 meses, conforme parâmetros definidos pela Lei nº 11.941 de 2009 e Lei nº 12.966 de 2014, referentes à Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, contribuições para o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e Débitos de Multas Pecuniárias ANS.

18. Débitos diversos

	2022	2021
Obrigações com pessoal	3.311.374	2.757.778
Fornecedores	3.103.027	2.594.145
Depósitos de beneficiários e terceiros	212.816	244.813
Passivo de Arrendamento	2.555.850	-
Outros	2.595	200.291
Total	9.185.662	5.797.027

Passivo de arrendamento

A Operadora arrenda edifícios para o seu espaço de escritórios e recursos próprios. As locações de imóveis operacionais geralmente são executadas por um período entre 1 ano e 10 anos. Alguns arrendamentos incluem a opção de renovação por um período adicional do mesmo período após o término do prazo do contrato. Ao término do prazo do contrato, a Operadora realiza novas negociações de contratações.

A Operadora adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2022, e, portanto, não reapresentou as informações comparativas de 2021. O método de transição adotado seguiu os seguintes procedimentos: (i) o valor do passivo de arrendamento foi calculado com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Operadora, na data da aplicação inicial; e (ii) o valor do direito de uso do ativo na data de aplicação inicial foi mensurado de forma retroativa como se o novo pronunciamento tivesse sido aplicado desde a data de início. As reclassificações e os ajustes decorrentes da nova norma de arrendamento foram, portanto, reconhecidos no balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2022, conforme determina a RN 528/ANS.

Nas demonstrações financeiras de 2022, a Operadora apresenta os compromissos assumidos com contratos de aluguel de acordo com os pagamentos mínimos futuros nominais dos aluguéis tendo como referência os prazos determinados nos contratos assinados. Apresentamos a seguir os compromissos firmados com terceiros e a adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 em 1º de janeiro de 2022:



	Veículos e Imóveis de uso hospitalar	Veículos de uso não hospitalar	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	-	-	-
Mensuração Inicial	3.026.200	-	3.026.200
Depreciação	(582.495)	-	(582.495)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.443.704	-	2.443.704

Os vencimentos de passivos de arrendamento estão classificados de acordo com o seguinte cronograma:

Análise de vencimentos - Passivos de Arrendamento	Total
Menos que 1 ano	470.396
1 - 5 anos	1.340.559
5-10 anos	744.895
Mais que 10 anos	-
Total	2.555.850

Passivo de arrendamento incluídos no Balanço Patrimonial

Análise de vencimentos - Passivos de Arrendamento	Total
Circulante	470.396
Não Circulante	2.085.454
Total	2.555.850

19. Provisões para ações judiciais

	2022	2021
Cíveis	2.402.840	1.985.316
Cíveis - ANS	313.228	927.173
Tributárias	213.900	1.171.946
Trabalhista	100.000	-
Multas Administrativas	5.000	-
Total	3.034.968	4.084.435

Provisões para ações judiciais cíveis - ANS

Correspondem, essencialmente, ao processo administrativo nº 25773.002836/2011-90 (auto de infração nº 38354, emitido em 24/07/2013), instaurado pela Diretoria de Fiscalização da ANS – DIFIS, no âmbito do Programa Olho Vivo, iniciado pelo ofício nº416/NUCLEO-CE/DIFIS/ANS/2011. O



processo vem sendo contestado pelos assessores jurídicos da Operadora através de recurso administrativo, tendo sido o último encaminhado à ANS em 19/09/2021.

Adicionalmente, a Operadora é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante estimado de R\$ 4.880.388 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 16.937.845, em 31 de dezembro de 2021).

20. Patrimônio líquido

	2022	2021
Capital social	8.047.572	5.771.729
Reservas de sobras	16.635.266	22.176.300
Fundo de reserva	6.095.126	11.352.795
RATES	1.849.292	2.004.441
Reserva para manutenção da margem de solvência	6.730.286	5.339.645
Reserva para manutenção contingência e legal	1.960.562	2.084.055
Reserva assistencial - COVID19	-	1.395.364
Sobras à disposição da AGO	-	2.727.424
Total	24.682.838	30.675.453

Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2021 está representado por R\$ 8.047.572 (oito milhões, quarenta e sete mil, quinhentos e setenta e dois reais), composto de quotas-partes indivisíveis, podendo ser transferidas entre cooperados mediante aprovação da Assembleia Geral.

A movimentação de cooperados no decorrer do exercício de 2022 foi a seguinte:

31/12/2022	Admissões	Exclusões	31/12/2021
222	2	(11)	231

Estatutariamente e de acordo com a Lei Cooperativista nº 5.764/71, são previstas as seguintes destinações das sobras e constituições de reservas:

Fundo de reserva

Conforme disposto no artigo 73 do Estatuto Social, o fundo de reserva é constituído à razão de 10% (dez por cento) das sobras de cada exercício e destina-se a reparar eventuais perdas de qualquer natureza que a Operadora venha a sofrer, sendo indivisível entre os associados, mesmo no caso de dissolução ou liquidação.

No exercício de 2022 não houve destinação para o fundo de reserva, devido ao encerramento com perda no período. Conforme determinado em estatuto, a perda do exercício foi compensada com o fundo reserva, e anteriormente com o saldo acumulado de R\$ 11.352.795 (onze milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, setecentos e noventa e cinco reais), restando ainda o saldo acumulado de R\$ 6.095.126 (seis milhões, noventa e cinco mil, cento e vinte e seis reais).



Reserva de Assistência Técnica Educacional e Social (RATES)

Conforme disposto no artigo 74 do Estatuto Social, o RATES é constituído à razão de 5% (cinco por cento) das sobras de cada exercício e destina-se ao incremento da capacitação técnico-educacional dos sócios cooperados, bem como ao amparo destes e seus familiares, sendo indivisível entre os associados.

No exercício de 2022 foram transferidos ao FATES o resultado líquido positivo do período referente aos atos não cooperativos no valor de R\$ 246.652 (duzentos e quarenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e dois reais), bem como foram consumidos recursos no montante de R\$ 401.800 (quatrocentos e um mil e oitocentos reais) perfazendo o saldo acumulado de R\$ 1.849.293 (um milhão, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e noventa e três reais).

Fundo para de constituição e manutenção da margem de solvência

Idealizado e constituído na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de junho de 2020, com vistas ao atingimento da margem de solvência.

No exercício de 2022, conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de março de 2022, foram retidas das sobras do exercício de 2021, o valor de R\$ 1.390.641 (um milhão, trezentos e noventa mil, seiscentos e quarenta e um reais), perfazendo o saldo acumulado de R\$ 6.730.286 (seis milhões, setecentos e trinta mil, duzentos e oitenta e seis reais).

Reserva Para Manutenção da Contingência Legal

Constituída na Assembleia Geral Ordinária realizada em 2021, com seu regulamento aprovado em 30/03/2021, tendo como finalidade a retenção de recursos para cobrir contingências legais. No decorrer do exercício de 2022, conforme previsto no regulamento da reserva, foi revertido o valor de R\$ 123.494 (cento e vinte e três mil, quatrocentos e noventa e quatro reais), decorrente do desligamento de cooperados, finalizando em 31 de dezembro de 2022 com um saldo acumulado no valor de R\$ 1.960.561 (um milhão, novecentos e sessenta mil, quinhentos e sessenta e um reais).

Reserva assistência – COVID 19

Constituída na Assembleia Geral Ordinária realizada em 2021, com a finalidade de retenção de recursos para cobrir os custos decorrentes do aumento da sinistralidade, que poderiam ocorrer devido ao aumento dos insumos hospitalares, aumento das coberturas contratuais, além de cobrir também o passivo oculto que poderia se realizar devido aos efeitos da pandemia do COVID19. Assim foi constituída a reserva para a manutenção operacional e estratégica de crescimento e sustentabilidade da cooperativa. Conforme previsto no regulamento da reserva, na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de março de 2022 o montante de R\$ 1.395.362 (um milhão, trezentos e noventa e cinco mil, trezentos e sessenta e dois reais) foi desconstituído e repassado para distribuição aos cooperados.

Perdas do exercício

Perdas apuradas em 31/12/2022 no valor R\$ 5.412.817 (cinco milhões, quatrocentos e doze mil, oitocentos e dezessete reais), amortizadas integralmente pelo Fundo de Reserva.



21. Contraprestações líquidas

Registradas no montante de R\$ 146.765.563 (cento e quarenta e seis milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e três) no exercício de 2022 (R\$ 168.642.090, no exercício de 2021), correspondem às receitas oriundas de mensalidades e faturas de beneficiários de planos de assistência médico-hospitalar individuais e coletivos oferecidos pela Operadora.

22. Eventos conhecidos e avisados

Registrados no montante de R\$ 122.943.734 (cento e vinte e dois milhões, novecentos e quarenta e três mil, setecentos e trinta e quatro reais) no exercício de 2022 (R\$ 142.433.182, no exercício de 2021), correspondem aos custos dos serviços de assistência médico-hospitalar prestados aos beneficiários da Operadora.

23. Garantias financeiras

Patrimônio mínimo ajustado

Calculado a partir da multiplicação de um fator variável "K", obtido no anexo I da RN nº 451/2021, pelo capital base reajustado pelo IPCA em julho de cada ano. O Capital Social da Cooperativa excede o valor do patrimônio mínimo - PMA exigido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Capital Regulatório – Margem de solvência

É uma reserva suplementar às provisões técnicas que a operadora deverá dispor, para suportar oscilações das suas operações advindas de perdas do ativo, mal dimensionamento das provisões técnicas e mudanças que afetem o setor tais como: aumento de sinistralidade e evasão de beneficiários. Em 31/12/2022 a margem de solvência calculada para Unimed Maranhão do Sul está insuficiente conforme demonstramos:

	2022
Patrimônio líquido ajustado	23.294.549
Margem de solvência integral	34.998.662
Proporcionalidade da margem de solvência	75,00%
(-) Ajuste - despesas com programas aprovados	291.072
Margem de solvência exigida (dez 2022)	25.957.924
Excesso/(insuficiência) da margem de solvência	<u><u>(2.663.375)</u></u>
Verificação suficiência margem de solvência	<u><u>Insuficiente</u></u>

Ativos garantidores

Os ativos garantidores são bens imóveis, ações, títulos ou valores mobiliários de titularidade da Operadora, que lastreiam as provisões técnicas. Esses ativos representam a efetivação financeira real da garantia escritural refletida pelas provisões.

As regras referentes à aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores estão dispostas na Resolução Normativa nº 392 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2022 a Unimed Maranhão do Sul apresenta necessidade de lastro como insuficiente e a de vínculo suficiente, conforme resumo da situação dos ativos garantidores que demonstramos abaixo:



2022

Total de ativos garantidores	11.182.606
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	8.799.146
Vínculo de imóveis assistenciais	2.383.460
Necessidade de lastro	11.917.302
Verificação de suficiência de lastro	<u>Insuficiente</u>
Aplicações vinculadas a provisões técnicas	11.182.606
Necessidade de vínculo	4.976.508
Verificação de suficiência de vínculo	<u>Suficiente</u>



24. Conciliação da demonstração dos fluxos de caixa

	2022	2021
Resultado líquido	(5.412.817)	5.978.078
Ajustes por:		
Depreciação	1.504.797	1.019.031
Amortização	88.782	93.510
Outras receitas operacionais	-	-
Equivalência patrimonial	-	276.014
Ganho em investimentos método de custos	(931.005)	(105.014)
Provisões técnicas	316.951	280.806
Provisão para contingências	(1.049.468)	(2.208.728)
Saldo ajustado	(5.482.760)	5.333.697
Variação dos ativos operacionais		
Aplicações financeiras	11.433.779	(715.697)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(4.324.903)	(1.450.678)
Créditos operacionais de assistência à saúde não relacionados com plano de saúde da Operadora	854.016	(1.916.092)
Créditos tributários e previdenciários	(47.874)	1.393.162
Bens e títulos a receber	(1.564.998)	(992.270)
Despesas antecipadas	-	-
Conta corrente com cooperados	-	-
Depósitos judiciais e fiscais	(667.499)	(109.438)
Direitos de Uso Arrendamentos - CPC06	(2.443.704)	-
	3.238.817	(3.791.013)
Variação dos passivos operacionais		
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	(218.826)	(387.904)
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços de assistência à saúde	2.193.078	(1.637.271)
Débitos de operações de assistência à saúde	(596.024)	(335.423)
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com plano de saúde da Operadora	2.388.225	2.189.579
Tributos e encargos sociais a recolher	963.229	232.569
Débitos diversos	832.784	942.136
Conta corrente com cooperados	770.664	137.952
	6.333.130	1.141.638
Caixa líquido das atividades operacionais	4.089.187	2.684.322



25. Cobertura de seguros

A administração da Operadora tem por política contratar seguros contra incêndios e riscos diversos com cobertura considerada suficiente, pelos assessores especialistas em seguros, para assegurar, em caso de sinistros, a reposição dos bens e a sua respectiva continuidade operacional.

26. Instrumentos financeiros

Avaliação de instrumentos financeiros

A administração procedeu a análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das disponibilidades, créditos de operações com planos de assistência à saúde e não relacionados com planos de saúde da Operadora e os passivos circulantes, principalmente provisão de eventos a liquidar e débitos de operações de assistência à saúde aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão informados nas demonstrações financeiras, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima à do balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Operadora não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Fatores de risco

A Operadora apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a) Risco de crédito

Risco do não recebimento de valores decorrentes da prestação de serviços médico-hospitalares ou da impossibilidade de resgate de aplicações e investimentos mantidos junto a instituições financeiras.

Para atenuar esse risco, a Operadora tem por prática o acompanhamento permanente de sua carteira de recebíveis e dos índices de inadimplência, bem como mantém suas aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

b) Risco de liquidez

Risco da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Operadora honre seus compromissos no prazo, em razão do descasamento entre o fluxo de pagamentos e o fluxo de recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, a Operadora tem por prática o acompanhamento permanente de seu fluxo de caixa, avaliando a adequação dos prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, geralmente caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente curtos.

c) Risco de taxas de juros

Risco de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos significativos sobre os rendimentos dos recursos aplicados ou sobre a remuneração dos recursos captados no mercado financeiro.



Para minimizar possíveis impactos de oscilações em taxas de juros, a Operadora tem por prática realizar aplicações financeiras conservadoras em títulos de renda fixa (CDB e Fundos de investimento) junto a bancos de primeira linha, bem como evita a contratação de empréstimos de montante elevado.

d) Risco operacional

Risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de diversas causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Operadora, bem como a fatores externos decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

A administração da operadora é responsável pelo contínuo desenvolvimento e implementação de controles para tratar e administrar riscos operacionais, de forma a evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. São eles:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- documentação de controle e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- desenvolvimento de planos de contingências; e
- padrões éticos e comerciais.

e) Risco da gestão da carteira de investimentos

A Cooperativa limita sua exposição a riscos de gestão da carteira de investimento ao investir apenas em títulos públicos e títulos de renda fixa privados. A Administração monitora ativamente as aplicações e os rendimentos e não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

27. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

28. Políticas contábeis – CPC 47 – Receita de contrato com clientes

A partir de 01/01/2022 a ANS introduziu a aplicação do Pronunciamento Contábil CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. As demonstrações de 2021 utilizadas para fins de comparabilidade não estavam respaldadas na referida legislação.

Para atendimento da CPC 47 realizamos a adequação com o intuito do efeito comparativo das demonstrações de 2021 com os ajustes implementados para 2022.

As mudanças de contabilização nas contas alteradas pelo plano de contas instituído através da Resolução Normativa RN nº 528/2022 tiveram impacto nas linhas intermediárias da DRE, quando efetuada a comparabilidade entre os exercícios de 2021 e 2022, não ocorrendo mudanças no



resultado final do exercício. Estamos apresentando a Demonstração do resultado do exercício - DRE de 2021 com as alterações nos grupos 311 e 411.

Conforme disposto na letra "f" do item 28 do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, divulgamos abaixo os ajustes efetuados na DRE de 2021, apresentada para fins de comparabilidade:

	2021	
	Ajustes a débito	Ajustes a crédito
3117 (-) Contratrestações de Corresponsabilidade Cedida de Assistência à Saúde	-	10.009.833
4116 Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados Prestador Por Rede Indireta	10.009.833	-

Estas mudanças ocorreram entre os planos de contas regulamentados pelas Resoluções Normativas nº 472/2021 e 528/2022. Dentre as principais mudanças ocorridas os registros contábeis das operações de corresponsabilidade assumida, nos moldes constantes no item 6.2 das Normas Gerais do plano de contas padrão, merecem os seguintes destaques: em 2021 registros no grupo 3111X20X6 para 2022 passaram a ser registrados neste grupo somente os valores de taxa de administração e diferença de tabela, com os demais valores registrados no grupo 411XX2084. Já os valores que em 2021 eram registrados no grupo (-) 3117, em 2022 passaram a ser registrados no grupo 4116, exceto taxa de administração.

29. Efeitos pós pandemia – COVID 19

No ano de 2022, houve uma elevação significativa dos custos assistenciais, devido principalmente à demanda reprimida ocorrida em 2020 e 2021, em virtude da pandemia da COVID 19. Elevação das cirurgias eletivas, aumento dos custos assistenciais, pela falta de materiais e medicamentos no mercado em função da guerra no exterior (Ucrânia e Rússia), que elevou os custos de assistência médica em torno de 20%, conforme publicação em jornais de grande circulação nacional.

Identifica-se ainda no decorrer de 2022, tratamentos de sequelas da COVID 19 e o aumento das terapias para tratamento de TEA, causadas em crianças que sofreram com a pandemia.

* * *

